

Alico®



RELATÓRIO E CONTAS 2008

Balanço
Ganhos e Perdas
Anexo
Certificação Legal de Contas



BALANÇO

ACTIVO

Valores em euros

BALANÇO	Exercício			Exercício anterior
	Valor bruto	Imparidade, depreciações e ajustamentos	Valor Líquido	
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.893.513		2.893.513	2.771.961
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	240.000		240.000	240.000
Activos financeiros detidos para negociação				
Activos financeiros classificados ao reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ao justo valor através de ganhos e perdas	2.100.083		2.100.083	2.523.078
Derivados de cobertura				
Activos disponíveis para venda	343.563.170		343.563.170	377.083.372
Empréstimos e contas a receber	1.206.758		1.206.758	1.468.867
Depósitos junto de empresas cedentes				
Outros depósitos	100.000		100.000	100.000
Empréstimos concedidos	1.106.758		1.106.758	1.368.867
Contas a receber				
Outros				
Investimentos a deter até à maturidade				
Terrenos e edifícios	4.685.003	911.111	3.773.891	3.891.644
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.685.003	911.111	3.773.891	3.891.644
Terrenos e edifícios de rendimento				
Outros activos tangíveis	3.100.552	2.624.739	475.813	487.731
Inventários				
Goodwill				
Outros activos intangíveis	444.876	352.827	92.049	54.562
Provisões técnicas de resseguro cedido	5.674.884		5.674.884	5.902.267
Provisão para prémios não adquiridos	136.969		136.969	153.519
Provisão matemática do ramo vida	680.870		680.870	932.012
Provisão para sinistros	4.857.045		4.857.045	4.816.735
Provisão para participação nos resultados				
Provisão para compromissos de taxa				
Provisão para estabilização de carteira				
Outras provisões técnicas				
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	817.730		817.730	745.386
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	5.758.287	10.549	5.747.738	4.706.453
Contas a receber por operações de seguro directo	4.559.996	10.549	4.549.447	3.757.826
Contas a receber por outras operações de resseguro	500.004		500.004	67.848
Contas a receber por outras operações	698.287		698.287	880.778
Activos por impostos	1.205.399		1.205.399	1.827.949
Activos por impostos correntes				511.763
Activos por impostos diferidos	1.205.399		1.205.399	1.316.186
Acréscimos e diferimentos	29.300		29.300	34.845
Outros elementos do activo				
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
TOTAL ACTIVO	371.719.554	3.899.226	367.820.328	401.738.114

PASSIVO

		Valores em euros	
BALANÇO	Exercício	Exercício anterior	
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas	309.543.653	352.615.229	
Provisão para prémios não adquiridos	773.067	856.208	
Provisão matemática do ramo vida	275.070.736	328.991.564	
Provisão para sinistros			
De vida	14.636.109	14.315.111	
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	3.905.399	1.802.110	
Provisão para participação nos resultados	15.158.342	6.650.235	
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade			
Provisão para riscos em curso			
Outras provisões técnicas			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			
Outros passivos financeiros	460.679	483.678	
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	410.679	433.678	
Outros	50.000	50.000	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.644.696	8.546.005	
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.130.035	3.589.424	
Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.146.559	4.433.926	
Contas a pagar por outras operações	2.368.102	522.655	
Passivos por impostos	2.795.721	1.189.266	
Passivos por impostos correntes	2.135.738	593.637	
Passivos por impostos diferidos	659.983	595.630	
Acréscimos e diferimentos	1.529.706	1.363.546	
Outras Provisões	1.547.898	1.104.029	
Outros elementos do Passivo			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
TOTAL PASSIVO	323.522.354	365.301.753	
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	37.169.954	33.281.849	
(Acções Próprias)			
Outros instrumentos de capital			
Reservas de reavaliação	1.771.075	-2.873.044	
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1.771.075	-2.873.044	
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de outros activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	-469.338	761.893	
Outras reservas			
Resultados transitados	1.407.393	1.449.814	
Resultado do exercício	4.418.890	3.815.849	
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	44.297.974	36.436.361	
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	367.820.328	401.738.114	

GANHOS E PERDAS

GANHOS E PERDAS

Valores em euros

CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO				Exercício anterior
	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	41.966.061	7.432.757	0	49.398.818	48.896.197
Prémios brutos emitidos	63.814.467	8.477.390		72.291.857	67.511.464
Prémios de resseguro cedido	21.848.405	1.132.010		22.980.415	18.662.917
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-103.926		-103.926	-48.295
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-16.550		-16.550	-645
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços					
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	88.710.910	3.991.991	0	92.702.901	41.584.858
Montantes pagos	88.468.229	1.858.991	0	90.327.220	39.595.500
Montantes brutos	91.836.577	2.050.321		93.886.898	42.842.819
Parte dos resseguradores	3.368.347	191.331		3.559.678	3.247.319
Provisão para sinistros (variação)	242.680	2.133.000	0	2.375.681	1.989.357
Montante bruto	327.265	2.088.726		2.415.990	2.442.178
Parte dos resseguradores	84.584	-44.275		40.309	452.820
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro					
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-53.706.872	0	0	-53.706.872	841.210
Montante bruto	-53.958.014			-53.958.014	724.666
Parte dos resseguradores	-251.142			-251.142	-116.544
Participação nos resultados, líquida de resseguro	3.370.203			3.370.203	2.899.446
Custos e gastos de exploração líquidos	12.011.456	3.803.437	0	15.814.893	13.131.405
Custos de aquisição	24.339.256	3.449.736		27.788.991	20.001.335
Custos de aquisição diferidos (variação)	23.537	20.785		44.322	24.158
Custos administrativos	3.459.352	906.360		4.365.712	3.819.669
Comissões e participação nos resultados de resseguro	15.810.689	573.444		16.384.133	10.713.757
Rendimentos	15.141.682	136.757	1.415.210	16.693.650	16.118.596
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	15.141.682	136.757	522.044	15.800.484	15.532.581
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros			893.166	893.166	586.016
Gastos financeiros	1.787.594	10.925	411.192	2.209.711	2.159.152
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros	1.787.594	10.925	411.192	2.209.711	2.159.152
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	324.128	352	-112.609	211.871	114.251
De activos disponíveis para venda	324.128	352	-112.609	211.871	114.251
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros avaliados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-485.240	-3.268	0	-488.508	80.058
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação				0	
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-485.240	-3.268		-488.508	80.058
Diferenças de câmbio					0
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	20.294	21.371	439.123	480.788	0
De activos disponíveis para venda	20.294	21.371	439.123	480.788	0
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros					
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	609.768			609.768	194.947
Outras provisões (variação)			-104.632	-104.632	-142.328
Outros rendimentos/gastos			211.629	211.629	147.580
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contab. pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	5.362.816	-261.126	768.548	5.870.238	5.077.886
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			1.732.885	1.732.885	1.303.392
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			-281.538	-281.538	-41.355
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.362.816	-261.126	-682.799	4.418.890	3.815.849
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.362.816	-261.126	-682.799	4.418.890	3.815.849

**DEMONSTRAÇÃO
DE
VARIAÇÕES
DO
CAPITAL PRÓPRIO**

Valores em euros

Demonstração de Variações de Capital Próprio	Capital	Ações próprias	Outros instrumentos de capital			Reservas de Revalorização	Por ajustes no balanço de finanças disponíveis para venda	Por reavaliação de ativos intangíveis	Por reavaliação de ativos intangíveis	De instrumentos de cobertura em fluxos de caixa	De coberturas em investimentos líquidos em moeda estrangeira	De coberturas de derivativos de câmbio	Reserva por diferidos	Outras reservas			Resultados transferidos	TOTAL
			Instrumentos financeiros compostos	Preações suplementares	Outros									Reserva legal	Reserva estatutária	Prémios de emissão		
Balanco a 31 de Dezembro n-1 (balanco de abertura)	33.281.949						-2.973.044						761.893				1.469.014	30.455.361
Correcções de erros (IAS 8)																		
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)																		
Balanco de abertura aferido	33.281.949						-2.973.044						761.893				1.469.014	30.455.361
Aumento de reservas de capital																		
Transacção de ações próprias																		
Ganhos líquidos por ajustamentos no justificar de filia, sociedades e empreendimentos conjuntos																		
Ganhos líquidos por ajustamentos no justificar de filia, sociedades e empreendimentos conjuntos em moeda estrangeira																		
Ganhos líquidos por ajustamentos no justificar de filia, sociedades e empreendimentos conjuntos em moeda estrangeira para venda																		
Ganhos líquidos por ajustamentos no justificar de filia, sociedades e empreendimentos conjuntos em moeda estrangeira para venda em moeda estrangeira																		
Ganhos líquidos por ajustamentos por reavaliação de outros ativos intangíveis							4.642.112											4.642.112
Ganhos líquidos por ajustamentos por reavaliação de outros ativos intangíveis																		
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em moeda estrangeira																		
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em moeda estrangeira																		
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em moeda estrangeira																		
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio																		
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio																		
Aumentos de reservas por reconhecimento de impostos diferidos													-1.231.231					-1.231.231
Aumentos de reservas por aplicação de resultados																		
Distribuição de reservas																		
Distribuição de lucros próprios																		
Alterações de estimativas contabilísticas																		
Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio																		
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas																		
Total das variações de capital próprio																		
Resultado líquido do período																		
Distribuição antecipada de lucros																		
Balanco a 31 de Dezembro n	37.169.824						1.771.072						-465.308				1.407.393	44.297.372

**NOTAS AO BALANÇO
E
CONTA DA GANHOS E PERDAS**

Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas

1. Informações gerais

1.1. Domicílio e forma jurídica da empresa de seguros, o seu país de registo e o endereço da sede registada (e o local principal dos negócios, se diferente da sede registada).

A American Life Insurance Company é uma sucursal da American Life Insurance Company, com sede em Wilmington-Delaware – E.U. América, e iniciou a sua actividade em Portugal em 1985, com sede na Av. da Liberdade, n.º 36-4º 1269-047 Lisboa (matriculada no registo comercial de Lisboa sob o n.º 61738).

1.2. Descrição da natureza do negócio da empresa de seguros e do ambiente externo em que opera.

A American Life Insurance Company - sucursal em Portugal (adiante Alico) dedica-se ao exercício da actividade de seguros do ramo Vida e de Acidentes Pessoais dos ramos Não Vida, para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

As notas às contas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para o Sector Segurador (PCES). As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Ambiente Macroeconómico

2008 foi um ano bastante negativo em termos micro e macro económicos. A crise do subprime que despontou na segunda metade do ano de 2007 fez despoletar uma série de acontecimentos que culminaram num forte abrandamento do crescimento económico a nível mundial. Várias instituições financeiras entraram em colapso tendo algumas atingido a insolvência como são o caso dos bancos Bear Stearns e Lehman Brothers, tendo outras de ser socorridas pelos governos, como são os casos da AIG e Citigroup nos EUA, do Northern Rock em Inglaterra, Fortis na Holanda, Hypo Real Estate na Alemanha, etc. Instalou-se uma crise de confiança entre as instituições financeiras que fizeram com que o spread das taxas LIBOR face às taxas directoras dos Bancos Centrais atingissem níveis nunca antes verificados.

Esta crise do sector financeiro passou rapidamente a uma crise de crédito e liquidez, com vários sectores de actividade a sentirem dificuldades em refinarciar as suas dívidas, obrigando a que, a par do sector financeiro, as restantes empresas dos restantes sectores fossem forçadas a reduzir as suas estruturas de capitais através da venda de activos para cancelar dívida.

Os Bancos Centrais tentaram executar políticas de expansão da massa monetária, através de cortes violentos nas suas taxas directoras, através da injeção de quantidades significantes de liquidez e abertura de linhas de crédito ilimitadas para o sistema financeiro, numa primeira fase de forma isolada e posteriormente através de uma concertação a nível mundial.

Ainda a nível global, os governos introduziram planos de relançamento económico através do apoio às empresas e aumento dos gastos públicos.

No entanto, com o desenvolvimento vertiginoso das crises financeiras e estruturais e a realização de que os planos de combate estariam a ter pouco impacto, assistiu-se a uma forte retracção do investimento. Consequentemente as taxas de desemprego a nível mundial dispararam e a maioria dos países desenvolvidos entrou em recessão.

Em 2008, os EUA apresentaram uma retracção económica de cerca de 0.2% e espera-se para a Zona Euro que a retracção seja superior a 1%. As taxas de desemprego evoluíram dos 4.5% para mais de 7% nos EUA, enquanto que na Zona Euro esta evolução foi de 7.2% para 8%.

Na componente de Acções, os índices mundiais registaram no ano de 2008 perdas na ordem dos 50%.

O índice de Dívida Pública da Zona Euro registou no ano de 2008 uma valorização de cerca de 8%.

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1. Descrição da(s) base(s) de mensuração usada(s) na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos activos, passivos e rubricas de capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.

No âmbito do disposto no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro, a Alico adoptou na preparação destas demonstrações financeiras as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC ou IFRS), nos termos do Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, com excepção da IFRS 4 em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Transição para as IFRS

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de transição, a Alico decidiu adoptar as regras de transição estabelecidas no IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas de Relato Financeiro, nomeadamente no que se refere à preparação de informação comparativa e à aplicação retrospectiva dos IFRS.

Assim, os valores comparativos apresentados para o ano de 2007 incluem os ajustamentos de transição de forma a reflectir as alterações introduzidas pela aplicação das IFRS, nomeadamente, a valorização de determinados investimentos ao custo de aquisição e o apuramento do custo do exercício com benefícios pós-emprego, tal como enunciado pelo IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Ver nota 35 com reconciliação do capital próprio decorrente dos ajustamentos de transição para o novo PCES, de base IFRS.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente activos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda;
- A preparação de demonstrações financeiras requer que a Alico efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.3..

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Alico realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática do ramo vida

As provisões matemáticas para o Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Alico, relativamente às apólices emitidas, e são calculadas mediante tabelas e fórmulas plenamente enquadradas no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zilmerizadas e o respectivo efeito é abatido às mesmas. Em 31 de Dezembro de 2008 o montante da zilmerização ascendia a 266.317 euros (2007: 289.854 euros).

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada, conforme previsto no n.º 33 do Anexo à Norma 4/98, de 16 de Março, como segue:

- a) a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- b) pela provisão efectuada com a utilização de base estatística, para o ramo Vida (segmentos “Vida Individual” e “Vida Grupo”) e ramo Não Vida, para fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

(iii) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

(iv) Provisão para participação nos resultados do ramo vida

Provisão para participação nos resultados a atribuir:

Corresponde ao valor existente no Fundo para Dotações Futuras na data de transição, corrigido dos ajustamentos decorrentes da nova classificação dos investimentos e respectiva valorização (em conformidade com o definido no novo PCES), aplicável às carteiras com participação nos resultados.

Provisão para participação nos resultados atribuída:

Inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que prevêm a sua constituição. O seu cálculo é efectuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é atribuída uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor.

A participação nos resultados é distribuída no ano seguinte à sua atribuição.

(v) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos, determinada para o ramo acidentes pessoais, é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Alico, de acordo com a Norma n.º 19/94-R do Instituto de Seguros de Portugal, calculou esta provisão mediante a aplicação do método pro-rata temporis para cada contrato de acidentes pessoais em vigor.

(vi) Provisões para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedem o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

De acordo com o estipulado pelo ISP, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, ponderado pela taxa de rendimento, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios processados imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

O valor da provisão para riscos em curso é zero.

(vii) Remunerações de mediação

As remunerações de mediação são representadas pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão ou renovação das respectivas apólices.

b) Ajustamento para recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

O ajustamento para recibos por cobrar para o ramo vida tem por objectivo reconhecer os prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo deste ajustamento é efectuado com base na estimativa de um valor de anulação para o ano de 2009 e seguintes, para os recibos em cobrança em 31 de Dezembro de 2008, com base nos rácios de anulação obtidos nos últimos 3 exercícios.

O ajustamento para recibos por cobrar para o ramo não vida (acidentes pessoais) tem por objectivo reconhecer o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização.

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber resultantes de operações de seguro directo, de resseguro ou outras, com excepção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização, sendo calculado em função da antiguidade dos referidos saldos, de acordo com o normativo definido pelo ISP.

O valor do ajustamento para recibos por cobrar é de 10.549 euros.

O valor do ajustamento para créditos de cobrança duvidosa é zero.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação

A Alico classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui os títulos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que (i) a Alico tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

(ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Alico se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros referidos acima são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente registados em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Alico ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Alico tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Alico tenha transferido o controlo sobre os activos (ver Nota 6.5.).

(iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, na parte que pertence ao accionista, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos produtos com participação nos resultados, as variações do justo valor são reconhecidas inicialmente em reservas (capital próprio) e posteriormente transferidas para a conta de participação nos resultados a atribuir, de acordo com os respectivos planos de participação.

Ainda relativamente aos activos disponíveis para venda, o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efectiva e (ii) as variações no justo valor (excepto risco cambial) – conforme descrito acima.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, a Alico estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as acções não cotadas são registados ao custo de aquisição.

(v) Imparidade

A Alico avalia, regularmente, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de ganhos e perdas.

A Alico considera que um activo financeiro se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de: (i) para os títulos de rendimento variável cotados, uma desvalorização continuada (perda de 25% consecutivamente durante 9 meses) e perda de valor significativo na sua cotação (perda de 40% do respectivo valor líquido contabilístico); (ii) para os títulos de rendimento fixo, existência de eventos de crédito ou de um downgrading do rating das obrigações e (iii) para títulos não cotados, existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para ganhos e perdas.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente, só podendo, no entanto ser revertida, em caso de venda dos títulos em questão.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

d) Outros Instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

e) Activos fixos tangíveis e intangíveis

(i) Activos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição e as suas amortizações são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	<u>Taxas anuais</u>
Equipamento administrativo	10% a 12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5%
Equipamento informático	33,3%
Instalações de interiores	10%
Despesas com edifícios arrendados	20%
Material de transporte	33,3%
Outro equipamento	10%

(ii) Outros activos fixos intangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	<u>Taxa anual</u>
Software	33,33%

(iii) Imparidade de activos não financeiros

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas para os activos registados pelo custo.

f) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

G) Provisão por férias e subsídios de férias

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até àquela data, a regularizar posteriormente.

h) Benefícios aos empregados

Em conformidade com o Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros, a Alico assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias para complemento da reforma. Para este efeito, a Alico constituiu um fundo de pensões que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice ou invalidez do pessoal relativamente ao qual o Contrato Colectivo de Trabalho atribui aquele direito, calculadas em função dos salários projectados do pessoal no activo.

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Alico tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

j) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que actualiza os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

l) Terrenos e edifícios

Ver nota 9.

m) Contratos de seguro e contratos de investimento – classificação

A Alico, em conformidade com o previsto na IFRS 4, tem os seus contratos classificados como:

i) Contratos de seguro:

Contratos segundo o qual a seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afectar de forma adversa. Este tipo de contrato cai no âmbito da IFRS 4 (seguros de vida puros);

ii) Contratos de investimento:

Contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (ex. participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros cairão no âmbito da IAS 39, enquanto os contratos com participação nos resultados se inserem na IFRS 4 (Produtos de capitalização com participação nos resultados e/ou com taxa garantida).

n) Transacções em moeda estrangeira

As conversões para euros das transacções em moeda estrangeira são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos activos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

3.2. Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas.

Ver nota 3.4.

3.3. Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.

a) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Alico determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Alico avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos títulos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Ver metodologia adoptada pela Alico na nota 3.1..

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver nota 23.

d) Cálculo da vida útil estimada para activos fixos tangíveis e intangíveis e imóveis.

A Alico estima uma vida útil nos imóveis de 40 anos.

e) Provisão para Sinistros

Ver nota 3.1. a) ii) e 4.2. a) 3.

3.4. Alterações relevantes relativamente ao exercício anterior, designadamente na fase de transição para o novo regime contabilístico.

Ver quadro com alterações no capital próprio da Alico, introduzidas pela conversão para o novo plano de contas, na Nota 35.

A Alico efectuou a conversão para o novo plano de contas em 01 de Janeiro de 2007, de forma a ter valores comparativos, de base IFRS, em 2008, data da primeira apresentação obrigatória das contas em conformidade com o novo plano. Após a conversão para o novo plano de contas, não ocorreram quaisquer alterações da política contabilística.

Abaixo, identificamos algumas áreas em que a adopção das IFRS, tal como adoptadas pelo ISP, assumiu um maior impacto:

- Mensuração das carteiras de investimento ao valor de mercado (no anterior plano de contas as obrigações eram valorizadas pelo método do custo amortizado linear);
- Tratamento do “Fundo para dotações futuras”;
- Mensuração da imparidade;
- Mensuração de terrenos e edifícios;
- Mensuração da responsabilidade associada ao plano de pensões;
- Contabilização de impostos diferidos;

Não foi possível preparar o comparativo do exercício de 2007 relativo ao alisamento à taxa efectiva dos títulos de rendimento fixo e ainda apurar o valor das valias realizadas de acordo com o novo normativo contabilístico. No entanto, é convicção da Alico que o valor não é relevante para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e activos de resseguro

4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro, incluindo, nomeadamente:

a) Informação acerca das políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro e a activos, passivos, rendimentos e custos ou gastos relacionados;

Ver descrição no ponto 3.1.

b) Processo usado para determinar os pressupostos que têm maior efeito na mensuração dessas quantias, incluindo um resumo das principais hipóteses consideradas no cálculo da provisão matemática relativa ao seguro de vida (quantificação de todos os pressupostos quando praticável);

PRESSUPOSTOS PROVISÃO MATEMÁTICA

1. Vida Individual

1.1. Produtos com Investimento Autónomo

MODALIDADE	DESIGNAÇÃO COMERC.	TABUA MORTALIDADE	TX.TÉCNICA de JURO
Universal Life	I.S.	PM 60-64	4%
	I.S.Vida	GKM 80	2.5%
	P.S.	PM 60-64	4%
		PM 60-64	3%
	P.S. XXI	GKF 80	2.5%
	P.P.R.	PF 60-64	4%
	P.P.R./E.	GKF 80	3%
	P.P.R./E.XXI	GKF 80	3%
P.P.R..XXI	GKF 80	3%	
RENDAS			
Imediatas	Pensão x Vida	85% TV 73-77 -sexo M; 85% TV 88-90 -sexo F	4.5% / 3.5%
	Pensão Garantida	PER M/F 2000	3.5%
Diferidas		TV 73-77	4.0%
		TV 73-77	3.0%

1.2. Produtos sem Investimento Autónomo

MODALIDADE	DESIGNAÇÃO COMERC.	TABUA MORTALIDADE	TX.TÉCNICA de JURO
Misto Pagmt.Antecip.	ALICO XXI	GKM 80	4%
		GKM 80	2.5%
Rendas Certas- Amort.	Renda Certa	PM 60-64	4%
		GKM 80	2.5%
Temporário (a Prazo)	Temporário	PM 60-64	4%
		GKM / GKF 80	4%
		GKM / GKF 80	2.5%
	Protecção Segura	GKM / GKF 80	2.5%
	Educação Segura	GKM/GKF 80	2.5%
Temp.Anual Renovável	T.A.R.	GKM / GKF 80	2.5%
		GKM / GKF 80 (DESC)	2.5%
Vida Inteira Prem.Lim.	Patrimonial Life	PM 60-64	4%
		GKM 95	4%
	Patrimonial Vida	GKM 95	2.5%
	Vida Inteira	PM 60-64	4%
		GKM 80	2.5%
	Vida Inteira - DM	TD / TV 88-90	2.5%

2. Vida Grupo

2.1. Produtos com Investimento Autónomo

MODALIDADE	DESIGNAÇÃO COMERC.	TABUA MORTALIDADE	TX.TÉCNICA de JURO
RENDAS			
Imediatas	Pensão x Vida	85% TV 73-77 -sexo M; 85% TV 88-90 -sexo F	4.5%
		Diferidas	
		TV 73-77	4.0%
		TV 73-77	3.0%
Universal Life	Reforma Segura	PF 60-64	4%

	Reforma +	GKM 80	2.5%
--	-----------	--------	------

2.2 Produtos sem Investimento Autónomo

MODALIDADE	DESIGNAÇÃO COMERC.	TABUA MORTALIDADE	TX.TÉCNICA de JURO
Temp. Anual Renovável	T.A.R.	PM 60-64	4%
		GKM /GKF 95	4%

c) Informação acerca das metodologias de cálculo das estimativas dos montantes a atribuir aos tomadores do seguro ou beneficiários e dos montantes efectivamente atribuídos como participação nos resultados (quantificação de todos os pressupostos quando praticável)

1. Produtos com participação financeira

A Alico procede ao apuramento dos rendimentos dos activos afectos aos fundos de investimento autónomo de cada modalidade, de forma regular. A partir dessa informação procede a simulações das contas de resultados – de acordo com o plano global de participação nos resultados – obtendo estimativas para as taxas de rentabilidade. Esses valores são transpostos para a aplicação informática que calcula as provisões no final de cada mês. Com esta metodologia reduz-se o grau de incerteza quanto à provisão atribuída no fecho do exercício.

2. Produtos sem participação financeira

Existem contratos de grupo que conferem direito a participação nos resultados técnicos anuais. A provisão correspondente é determinada mensalmente, apólice a apólice, a partir de elementos reais (nomeadamente prémios e sinistros), o que permite que a determinação do valor de final de ano não seja mais do que o rematar dos cálculos desenvolvidos ao longo do mesmo.

d) Efeito de alterações nos pressupostos usados para mensurar activos e passivos por contrato de seguro, mostrando separadamente o efeito de cada alteração que tenha um efeito material nas demonstrações financeiras;

Ver ponto 3. do 4.2. a).

e) Reconciliações de alterações nos passivos resultantes de contratos de seguro, nos activos resultantes de contratos de resseguro e nos custos de aquisição diferidos relacionados, incluindo:

i. Com relação à provisão para sinistros: explicitação dos reajustamentos (correções apresentados que se assumam relevantes (Anexo 2) e discriminação dos custos com sinistros (Anexo 3);

Ver anexo 2 e 3.

ii. Descrição, com relação à provisão para participação nos resultados, dos movimentos efectuados.

Descrição	Provisões	Variação do	Distribuição da Part. Resultados 07		Distribuição da Part. Resultados 08		Provisões
	31.12.07	Ano 2008	Aumento Garantias	Pagamento	Aumento Garantias	Pagamento	31.12.08
Financeiros 4%	15.395	614	-48	0	0	0	15.961
Financeiros 2.5%	4.598	214.889	-3.301	0	0	0	216.186
PPR	3.337	791	0	0	0	0	4.129
PPR E	1.188	346	0	0	0	0	1.533
PPR E / XXI	8.078	14.556	-6.934	0	-388	0	15.312
PPR AIG LIFE	0	0	0	0	0	0	0
Rendas Ind + Grupo 6%	0	0	0	0	0	0	0
Rendas Ind + Grupo 4%	1.160	46	0	0	0	0	1.206
Rendas Ind + Grupo 3%	505	14	0	-134	0	0	384
Reforma Segura	2.459	98	0	0	0	0	2.557
Reforma +	3.040	513	-2.978	0	0	0	576
Total Produtos Financeiros	39.760	231.868	-13.261	-134	-388	0	257.844
Vida Grupo	3.567.865	3.105.538	0	-2.905.499	0	0	3.767.903
Total Financeiros + Grupo	3.607.624	3.337.405	-13.261	-2905633	-388	0	4.025.748

4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:

a) Objectivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;

O risco inerente a cada contrato de seguro é a possibilidade do evento seguro ocorrer e a incerteza subjacente do montante da indemnização a pagar (risco de seguro). Desta forma, o principal risco que uma seguradora enfrenta corresponde à insuficiência dos passivos constituídos para fazer face às indemnizações. Factores de risco:

1. Frequência e severidade dos sinistros

A frequência e severidade dos sinistros reais face aos sinistros estimados podem ser um factor comprometedor da estabilidade de uma seguradora. Os eventos seguros são aleatórios e o seu nível varia de ano para ano face aos níveis estimados (utilizando técnicas estatísticas). Formas de mitigar este risco:

- Política de "underwriting": objectivo condicionar a aceitação do risco (condicionantes em função do tipo de seguro), diversificar o tipo de risco (em termos de montantes, áreas geográficas e tipo de indústria), controlar a população de risco (de forma a diluir os exfluxos financeiros);

A aceitação de cada proposta de seguro depende da análise do risco que lhe está subjacente; um conjunto de regras internas avalia de forma diferenciada os principais factores envolvidos. Baseando-se prioritariamente na apreciação dos riscos de mortalidade e mobilidade – com a colaboração permanente de um médico - a análise é complementada com a informação relativa à actividade profissional do proponente. Finalmente, é ainda validada a conformidade do capital proposto com o nível de rendimentos declarados, não só para obstar a situações de desajuste do binómio protecção/necessidade, mas também para minorar as anulações por incapacidade financeira.

As resseguradoras envolvidas apoiam em permanência os departamentos de aceitação, quer através do fornecimento de manuais, quer ainda no contacto directo, sempre que as situações em apreço não se enquadram nas regras pré-definidas.

- Tratados de resseguro: tipos de tratados (proporcionais, não proporcionais), exposição da Alico (limites), políticas de resseguro da Alico;

A política de resseguro da Alico assenta num conjunto de tratados proporcionais, onde o nível de retenção varia consoante a linha de negócio, as garantias e a experiência, com o intuito de otimizar a relação custo/benefício.

Os diferentes tratados têm uma característica comum: a transferência do risco baseia-se sempre no capital acumulado por pessoa – e não por apólice – evitando-se assim situações de excessiva exposição da cedente.

- Gestão de sinistros: procedimentos adoptados por tipo de seguro para a gestão dos processos de sinistros (staff especializado, revisão periódica de processos);

A diversificada carteira de produtos da Alico justifica plenamente a existência de um departamento de gestão de sinistros. Técnicos especializados nesta área asseguram uma análise detalhada de cada processo de sinistro, que permite decidir sobre a aceitação, ou recusa, do mesmo.

A determinação da provisão a constituir aquando da comunicação à Alico não só depende da natureza do sinistro, como também varia consoante a forma de pagamento do mesmo (capital, ou renda). Em qualquer caso, existem regras de aprovisionamento muito claras, e, complementarmente, são elaboradas análises de sinistralidade que para além de muito refinadas, apresentam também uma frequência que permite, em caso de um desvio considerado anormal, estabelecer atempadamente medidas correctivas.

- Tarificação: procedimentos instituídos, práticas conservadoras (tábuas de mortalidade, taxas de desconto);

Aliada a uma política de cariz eminentemente conservador, a tarificação de um novo produto - ou a mera adaptação de produtos já existentes a novas realidades (por exemplo, comercialização através de um canal de distribuição distinto do considerado inicialmente) – rege-se por um conjunto de requisitos corporativos, sendo impossível introduzir qualquer mudança na tarificação sem a prévia aprovação dos vários comités de produtos, local, regional e/ou central. Um estudo de rentabilidade que avalia o comportamento esperado dos parâmetros essenciais a uma ajustada quantificação do risco em análise determina o grau de viabilidade de exploração do produto; revisões periódicas levadas a cabo posteriormente, permitem controlar, de forma continuada, a sua solvabilidade

- Políticas de Solvência;

É política da companhia manter um nível de solvência adequado ao mercado.

2. Fontes de incerteza na criação de provisões para sinistros

A criação de provisões para sinistros é um processo que envolve alguma incerteza, desta forma a Alico adoptou técnicas adequadas para calcular estas estimativas (utilização de rácios de sinistralidade, metodologias para determinação do IBNR, avaliação separada de processos de sinistros grandes, triângulos, modelos actuariais específicos).

3. Alteração de pressupostos no cálculo de provisões para sinistros

Apenas foram alterados os pressupostos de cálculo da provisão para sinistros ocorridos e não reportados (IBNR), pelas razões a seguir indicadas.

Embora o método seguido em anos transactos se baseasse em médias – número e custo – relativas à experiência interna, o mesmo não tinha em consideração o efeito do resseguro, nem era “calibrado” pela evolução da produção, revelando-se, assim, algo incompleto.

Em 2008, a Alico tomou a decisão de adoptar, para “report” local, o “Método dos Triângulos”, que é utilizado para efeito de contabilização corporativa. Através desta metodologia é possível provisionar um IBNR mais ajustado às responsabilidades efectivas da Alico, uma vez que é determinado em função dos prémios ganhos líquidos de resseguro (Net Earned).

Finalmente, a eliminação de situações de aparente desajuste só pode contribuir para uma gestão mais transparente e eficaz.

4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objectivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.

Uma companhia de seguros está exposta a uma diversidade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos. O risco financeiro chave a que uma seguradora está exposta corresponde à potencial incapacidade desta não cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Os riscos principais a que uma seguradora está exposta são:

1. Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais. O risco de crédito está essencialmente presente na carteira de investimentos (no entanto, as dívidas a receber resultantes de cobranças e resseguro também estão expostos a risco de crédito).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de títulos e existe uma interacção grande entre a direcção financeira e os gestores dos activos financeiros. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão. Esta gestão é suportada por uma política de investimentos, revista e aprovada anualmente, e monitorizada pelo comité de investimentos que reúne trimestralmente.

Encontra-se definida na política de investimentos os níveis de rating aceites pela companhia.

2. Risco de taxa de juro

As operações da Alico encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro na medida em que os activos geradores de juros (incluindo os investimentos) e os passivos geradores de juros apresentam maturidades desfasadas no tempo ou de diferentes montantes.

O seu controlo é assegurado por uma monitorização permanente do departamento financeiro e actuarial. A Alico apenas investe em taxa fixa.

3. Risco Cambial

Risco decorrente da variação do valor de activos/passivos detidos pela Alico decorrente de oscilações nas taxas de câmbio das moedas em que esses activos/passivos estão expressos.

4. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

É política da Alico deter na sua carteira apenas activos que estejam cotados em mercados regulamentados e que apresentem níveis de liquidez elevado.

A estratégia da Alico tem-se mantido em níveis bastante conservadores, privilegiando activos com menor volatilidade, maioritariamente obrigações de dívida pública.

5. Risco de mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A estratégia da Alico tem-se mantido em níveis bastante conservadores, privilegiando activos com menor volatilidade, maioritariamente obrigações de dívida pública.

6. Risco operacional

O risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Outras considerações:

Para mitigação destes riscos principais, a Alico tem vindo a desenvolver e consolidar o seu sistema de gestão de risco e controlo interno.

Neste âmbito, e com a definição, aprovação e publicação da política de risco e da política de controlo interno, assim como a comunicação da nomeação das unidades de risco em 2007, foi definido um plano de trabalho que contemplava a realização das seguintes actividades:

- Identificação de riscos chave e processos inerentes;
- Avaliação de riscos chave;
- Classificação de riscos inerentes;
- Determinação de actividades de controlo chave;
- Classificação de riscos residuais;
- Apresentação em sede de Comissão Executiva.

Este trabalho teve como suporte a missão, objectivos estratégicos, objectivos orientadores, apetite ao risco e tolerância ao risco definidos no âmbito da política de risco.

Para cada uma das principais categorias identificadas na Norma 14/2005-R foram listados um conjunto de eventos de risco, por sua vez agrupados em subcategorias, de modo a auxiliar o trabalho das unidades de risco.

Os riscos identificados foram então avaliados em termos de frequência e severidade. Na análise de severidade, tanto o impacto financeiro, como o impacto em termos de reputação, foram considerados.

Após determinação das actividades de controlo chave e respectiva eficiência, foi efectuada uma avaliação do risco residual para cada um dos riscos identificados e posicionados, por sua vez, na matriz de risco.

Após apresentação em sede de comissão executiva, foi definido um plano com o objectivo de desenvolver um conjunto de acções que permitissem mitigar os riscos avaliados com severidade e frequência moderada e/ou elevada.

No âmbito da política de controlo interno, foi definida a estrutura de processos da Alico.

Para estes processos será analisada:

- a) A relação com os riscos identificados e respectivos objectivos de controlo;
- b) A actividade de controlo, o tipo de controlo, a categoria da actividade de controlo (preventiva ou detectiva) e método de controlo (manual ou automático);
- c) Eventuais fraquezas associadas à actividade de controlo.

Sempre que forem identificadas fraquezas relacionadas com a execução ou monitorização da actividade de controlo, são elaboradas recomendações que permitam ultrapassar ou minimizar as referidas fraquezas.

Essas recomendações, para além de serem um elemento fundamental à monitorização do sistema de controlo interno, podem também constituir eventos relevantes para o sistema de gestão de risco.

A monitorização do SCI compreende a avaliação ao longo do tempo dos seus componentes de forma a assegurar o cumprimento das políticas definidas e dos procedimentos estabelecidos, e garantir a sua eficácia e adequação face à actividade da Alico.

O processo de monitorização será feito de forma contínua, estando incorporado nas actividades normais da Alico.

O Manual de controlo interno irá documentar, para cada processo, actividades de controlo que constituem actividades de monitorização, as quais são fonte de informação relevante para a tomada de decisão por parte dos directores de topo e da Comissão executiva.

4.5. Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

Os comentários expressos pelo actuário responsável no seu relatório anual, nomeadamente sobre a adequação dos prémios (já referida na Nota 4.2. a)) e das provisões, são um garante da estabilidade qualitativa da Alico.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.

	2008		2007	
	Vida	N Vida	Vida	N Vida
Custos com Sinistros/Prémios brutos	144,4%	48,8%	72,2%	25,8%
Despesas Gerais/Prémios brutos	14,1%	0,3%	12,4%	0,1%

O crescimento do rácio de sinistralidade deveu-se em grande parte ao elevado número de resgates no ramo Vida; na componente Não Vida o mesmo se deveu à alteração no cálculo do IBNR.

6. Instrumentos financeiros (que não sejam contratos de investimento)

Rubricas de balanço

6.1. Inventário de participações e instrumentos financeiros, de acordo com o modelo apresentado no Anexo 1.

Ver Anexo 1.

6.4. Prestação de informação acerca de reclassificações, incluindo o impacto e a razão da reclassificação.

De acordo com o especificado na nota explicativa sobre as políticas contabilísticas seguidas pela Alico, não procedemos à reclassificação dos instrumentos financeiros.

6.5. Prestação de informação acerca do desreconhecimento por classe de activo financeiro, incluindo a identificação da natureza dos activos, dos riscos e benefícios a que a entidade continua exposta e da quantia dos activos e passivos reconhecidos.

Em 2008 a Alico procedeu à venda de activos financeiros por duas ordens de razões:

- gestão de investimentos corrente, acompanhando a evolução dos mercados e o comportamento das curvas de rendimento;
- realização de valor para fazer face ao pagamento de resgates e sinistros.

Na totalidade, as transacções efectuadas cifraram-se num desreconhecimento de 134.555 euros, de activos classificados como "disponíveis para venda" divididos entre activos de curto prazo e obrigações da dívida pública como segue:

TRANSACÇÕES DE TÍTULOS

	AQUISIÇÕES	%	VENDAS	%
Activos Curto Prazo	58.337	66,19%	-112.443	83,57%
Activos Divida Pública	29.798	33,81%	-22.112	16,43%
Total	88.135		-134.555	

6.8. Prestação de informação acerca de instrumentos financeiros compostos, com múltiplos derivados embutidos.

O justo valor dos títulos com derivados embutidos a 31 de Dezembro de 2007 e 2008, é como segue:

Título	2008	2007
Rabobank CMS 30	910.800	929.786
DMPL I A2	1.123.770	1.499.576
Total	2.034.570	2.429.362

O valor do juro decorrido destes títulos em 2008 é de 65.513 euros e em 2007 de 65.439 euros.

6.11. Descrição relativa ao apuramento do justo valor, designadamente:

a) Dos métodos e, quando for usado um método de avaliação, dos pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada classe de activos financeiros e de passivos financeiros;

Activos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Passivos financeiros

A Alico não tem passivos financeiros valorizados ao justo valor.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

6.16. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:

a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

Os principais riscos subjacentes aos instrumentos financeiros a que a Alico está exposta são o risco de mercado e liquidez..

O seu controlo é assegurado por uma monitorização permanente do departamento financeiro e actuarial.

b) Objectivos, políticas e procedimentos de gestão de risco, os métodos usados para gerir esses riscos e quaisquer alterações referentes ao período.

Os objectivos e procedimentos adoptados no âmbito de gestão de risco encontram-se definidos na política de risco em vigor.

No âmbito do processo de planeamento estratégico da Alico feito anualmente, a missão, objectivos estratégicos, objectivos orientadores, apetite ao risco e tolerância ao risco definidos no âmbito da política de risco foram revistos, actualizados e aprovados em sede de comité de risco.

O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Alico no âmbito do sistema de gestão de risco e controlo interno poderá ser consultado no ponto 4.3. acima.

c) Análise da maturidade dos activos financeiros vencidos à data de relato mas não em imparidade, assim como, dos activos financeiros individualmente considerados em imparidade à data de relato, descrevendo designadamente os factores que a entidade tomou em linha de conta na determinação dessa imparidade e descrição das garantias colaterais detidas pela entidade a título de caução e outras melhorias da qualidade de crédito e, salvo se impraticável, uma estimativa do seu justo valor;

No exercício de 2008, foram reconhecidos 480.787 euros na imparidade relativa a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Colectivo.

Ver nota 3.1. c).

7. Investimentos em filiais e associadas

7.1. Indicação, quando aplicável, que se trata de demonstrações financeiras separadas, identificação da empresa-mãe e da empresa-mãe de topo do Alico e listagem dos investimentos significativos em filiais, entidades conjuntamente controladas e associadas, incluindo o nome, o país de constituição ou domicílio, percentagem do capital e, se for diferente, a percentagem de direitos de voto detidos; assim como, descrição do método utilizado para contabilizar esses investimentos.

A Alico detêm uma participação de 60% no Capital Social da IBCO – Gestão de Patrimónios, SA, com sede na Av^a Praia da Vitória, n.º 71 - 6.^aA, em Lisboa, a qual apresentou no final de 2008 um capital próprio de 2.098.579 euros e um resultado líquido de 668.348 euros. Não foram preparadas demonstrações financeiras consolidadas, dado o efeito não ser significativo no contexto das demonstrações financeiras da Alico em 31 de Dezembro de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos e transacções com a IBCO resumiam-se como segue,

	2008	2007
Balanço		
Devedores e Credores – DB/(CR)	0	5.782
Ganhos e Perdas		
Comissões Administ. Valores	1.151.436	1.182.018

Dado a Empresa não considerar esta participação estratégica, foi decidido no decorrer do ano de 2009 alienar a referida participação (Março de 2009).

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, e reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço.

	2008	2007
Numerário	7.375	8.780
Depósitos bancários imediatos mobilizáveis	2.886.138	2.763.181
Disponibilidades constantes do balanço	2.893.513	2.771.961

9. Terrenos e edifícios

9.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

O modelo de valorização utilizado para todos os terrenos e edifícios de uso próprio é o modelo do custo sujeito a depreciação e testes de imparidade.

9.2. Descrição dos critérios utilizados para distinguir terrenos e edifícios de rendimento de terrenos e edifícios de uso próprio.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Alico apela aos critérios de classificação que constam, respectivamente, nas IAS 16 e 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Alico adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Alico classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam da IAS 16. A Alico não possui imóveis ou terrenos classificados como de Rendimento.

Modelo do custo

9.6. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.

No reconhecimento inicial dos valores dos terrenos e edifícios de serviço próprio, a Alico utilizou o custo de aquisição original. Adicionalmente, consideraram-se todas as benfeitorias efectuadas até à data de transição. Ao nível da mensuração subsequente, a Alico opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. As beneficiações que vão ocorrendo, são adicionadas ao valor de custo do activo e amortizadas desde a data que foram efectuadas até ao final da vida útil estimada para o edifício. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

No que respeita ao método de depreciação, a Alico utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de activos.

A Alico realiza ainda, consistentemente, testes de imparidade para averiguar se o valor escriturado do activo excede o seu valor realizável líquido. No caso de a diferença entre o valor recuperável e o valor escriturado do activo ser negativa, é reconhecida uma perda por imparidade nesse montante. Na aplicação deste procedimento, a Alico aplica a metodologia constante da IAS 36 em articulação com a IAS 16.

9.7. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

	Saldo inicial				Saldo Final			
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Perdas de Imparidade Acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação acumulada	Perdas de Imparidade Acumuladas	Valor líquido
De serviço próprio								
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios	4.685.003	793.359	0	3.891.644	4.685.003	911.111		3.773.891

9.8. Reconciliação entre as quantias escrituradas do terreno e edifício no início e no fim do período, evidenciando:

- a) **Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um activo;**

	Saldo inicial	Aquisições	Beneficiações	Alienações	Depreciações	Perdas por imparidade	Transferências	Outras alterações	Saldo Final
De serviço próprio									
Terrenos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edifícios	4.685.003				911.111				3.773.891

d) Depreciações;

Ver alínea a).

- e) **A quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período de acordo com a IAS 36;**

Não foram registadas perdas por imparidade durante o exercício.

10. Outros activos fixos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)

A informação constante nas notas 9.20. a 9.23. não é aplicável aos activos fixos tangíveis da Alico.

Os activos fixos tangíveis da Alico encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Modelo do custo

10.1. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.

Ver nota 3.

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Alico capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Alico opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Alico utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de activos.

10.2. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

	Saldo inicial			Aumentos			Depreciações			Saldo final		
	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor Líquido	Aquisições	Reavaliações	Transferências e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações + Imparidade	Valor Líquido
Equipamento administrativo	653.059	619.334	33.725	7.043				15.146		660.102	634.480	25.622
Máquinas e ferramentas	306.320	241.484	64.836	24.617			8.739	17.636	8.739	322.198	250.380	71.818
Equipamento informático	808.465	759.339	49.126	42.846				38.284	1.695	851.311	795.928	55.383
Instalações interiores	310.731	126.972	183.759	30.810				30.522		341.541	157.494	184.047
Material de transporte	377.690	279.999	97.691	40.000			15.463	69.019	22.325	402.227	326.693	75.535
Equipamento hospitalar	0	0	0									
Outras imobilizações corpóreas	494.087	435.494	58.593	29.085				24.270		523.173	459.764	63.409
Imobilizações em curso	0	0	0							0	0	0
Adiantamentos por conta	0	0	0							0	0	0
Total	2.950.352	2.462.622	487.731	174.401	0	0	24.202	194.877	32.760	3.100.551	2.624.739	475.812

10.3. Reconciliação entre as quantias escrituradas dos activos tangíveis no início e no fim do período, evidenciando:

Ver Nota 10.2.

11. Afecção dos investimentos e outros activos

Indicação dos investimentos e outros activos segundo a sua afectação, de acordo com o seguinte quadro:

Em 31 de Dezembro de 2008, as rubricas de investimentos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respectiva afectação:

	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de não vida	Não afectos
Caixa e equivalentes	14.010	1.461	46	2.877.996
Terrenos e edifícios	0	0	0	3.773.891
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0	0	240.000
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	0	0
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	2.060.340	32.162	7.581	0
Derivados de cobertura	0	0	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda	306.846.978	23.124.707	3.439.276	10.152.209
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.048.857	57.901	0	100.000
Investimentos a deter até à maturidade	0	0	0	0
Outros activos tangíveis	0	0	0	475.812
Outros activos	0	0	0	13.567.100
Total	309.970.185	23.216.231	3.446.903	31.187.009

12. Activos intangíveis

12.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

Os activos intangíveis da Alico encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

12.3. Prestação da seguinte informação, para cada classe de activo intangível, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

	Activos intangíveis gerados internamente	Outros activos intangíveis	Vida útil finita?	Taxa de amortização
Despesas com aplicações informática	N	S	S	33%

b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas;

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com taxas fiscalmente aceites como custo.

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

	Saldo inicial			Aumentos			Alienações	Amortizações + Imparidade		Saldo final		
	Valor Bruto	Amortizações + Imparidade	Valor líquido	Aquisições	Beneficiações	Abates		Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Amortizações + Imparidade	Valor líquido
Despesas com aplicações informáticas	377.941	323.379	54.562	52.017				29.448		429.958	352.827	77.131
Activos intangíveis em curso	0	0	0	14.918						14.918	0	14.918

d) Os itens de cada linha da conta de ganhos e perdas em que qualquer amortização de activos intangíveis esteja incluída;

Ver alínea anterior.

e) A quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer activo intangível individual que seja material.

Ver alínea c).

f) Informação exigida nas notas 9.7, 9.8 (excepto alínea g)), 9.11, 9.13, 9.14 e 9.15.

Ver informação exigida nas notas 9.7 e 9.8 (excepto alínea g)) na tabela da nota 12.3 c).

As notas 9.11, 9.13, 9.14 e 9.15 não são aplicáveis.

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do activo

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadro seguinte:

2007				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	257.508	0	(142.328)	115.181
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	0	0	0	0
492 - Outras provisões	1.086.029	18.000	0	1.104.029

2008				
Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	115.181	0	(104.632)	10.549
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	0	0	0	0
492 - Outras provisões	1.104.029	443.869	0	1.547.898

13.2. Descrição da natureza da obrigação e do momento de ocorrência esperado de quaisquer fluxos de benefícios económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos e indicação da incerteza acerca da quantia e/ou do momento de ocorrência desses fluxos, assim como, a quantia de qualquer reembolso esperado com referência a qualquer activo que tenha sido reconhecido no âmbito desse reembolso.

Ver nota 3.1. b).

14. Prémios de contratos de seguro

14.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro.

O valor de prémios reconhecidos no ano de 2008 relativos a contractos de seguro foi de 72.291.857 euros dos quais 63.814.467 euros são relativos a vida e 8.477.390 relativos a não vida.

14.2. Indicação de alguns valores relativos ao seguro de vida, de acordo com o seguinte quadro:

Prémios brutos emitidos de seguro directo		63.814.467
Relativos a contratos individuais	31.017.777	
Relativos a contratos de grupo	32.796.690	63.814.467
Periódicos	58.053.600	
Não periódicos	5.760.867	63.814.467
De contratos sem participação nos resultados	23.403.148	
De contratos com participação nos resultados	40.411.319	63.814.467
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		0,00
Saldo de resseguro		2.835.926

14.3. Discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida entre seguro directo e resseguro aceite e, dentro do seguro directo, entre os vários ramos/grupos de ramos, conforme Anexo 4.

Ver Anexo 4.

16. Rendimentos / réditos de investimentos

16.1. Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento dos réditos.

Ver Nota 3.1. j).

16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente, nomeadamente, de juros, royalties e dividendos.

Investimentos	2008
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados	
Dividendos	0
Juros	138.075
Activos financeiros disponíveis para venda	
Dividendos	600.000
Juros (*)	15.491.633
Empréstimos e contas a receber	
Juros	
Outros depósitos	48.040
Empréstimos concedidos	26.474
Terrenos e edifícios de uso próprio	
Rendas	293.166
Caixa e equivalentes e depósitos bancários	
Juros	96.262
Total	16.693.650

(*) estes valores contemplam o efeito do alisamento pelo método da taxa efectiva nos títulos de rendimento fixo

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação.

Valias realizadas de investimentos	2008	2007
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Acções e outros títulos de rendimento variável	0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	0	0
Activos financeiros disponíveis para venda		
Acções e outros títulos de rendimento variável	0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	211.871	114.251
Total	211.871	114.251

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor.

Ganhos e Perdas - Ajustamentos de justo valor	2008
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados	
Ganhos provenientes de ajustamentos de justo valor	-121.560
Perdas provenientes de ajustamentos de justo valor	-366.948
Total	-488.508

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Indicação da quantia das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

Actualmente, a Alico não tem saldos expressos em moeda estrangeira.
 Ver política contabilística relativa às diferenças de câmbio no ponto 3.

21. Gastos diversos por função e natureza

21.1. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos.

Conta técnica	2008		2007	
	Conta não técnica	Total	Total	Total
Custos de aquisição	5.530.228	5.530.228	4.058.479	
Custos administrativos	4.259.534	4.259.534	3.847.630	
Custos gestão dos investimentos	1.798.520	411.192	2.209.711	2.039.408
Custos com sinistros	862.293	862.293	758.481	
Custos gestão de fundos de pensões	106.179	106.179		
	<u>12.556.753</u>	<u>411.192</u>	<u>12.967.945</u>	<u>10.703.998</u>

21.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza

	2008	2007
Custos com o pessoal (Nota 22)	<u>4.837.470</u>	<u>4.511.655</u>
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	3.105.740	1.245.941
Comunicações	713.616	603.885
Rendas e alugueres	630.849	618.986
Deslocações, estadas e despesas de representação	322.956	325.742
Conservação e reparação	287.060	385.645
Custos com cobrança de prémios	208.928	131.660
Impressos	174.228	207.955
Limpeza, Higiene e Conforto	119.645	122.605
Custos com trabalho independente	100.896	313.670
Despesas de condomínio	96.749	138.540
Material de escritório	92.898	84.117
Electricidade	62.757	55.764
Seguros	7.013	30.465
Outros	222.207	196.731
	<u>6.145.542</u>	<u>4.461.706</u>
Impostos e taxas	<u>289.424</u>	<u>97.700</u>
Amortizações do exercício:		
Imobilizações incorpóreas (Nota 12)	24.270	20.941
Imobilizações corpóreas (Nota 10)	317.808	192.985
	<u>342.077</u>	<u>213.926</u>
Juros suportados	<u>30.252</u>	<u>40.944</u>
Comissões	<u>1.323.179</u>	<u>1.350.105</u>
	<u>12.967.945</u>	<u>10.676.036</u>

22. Gastos com pessoal

22.1. Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais.

O número médio de empregados efectivos ao serviço da Alico ventilado por categorias profissionais foi o seguinte:

Dirigentes executivos	9
Quadros superiores	27
Quadros médios	4
Profissionais altamente qualificados	3
Profissionais qualificados	5
Profissionais semi-qualificados	49
Outros	7
Total	104

22.2. Indicação do montante das despesas com o pessoal referentes ao exercício, assim discriminadas:

	2008	2007
Remunerações		
- dos órgãos sociais	0	0
- do pessoal	3.422.278	3.130.802
Encargos sobre remunerações	744.427	677.796
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida		
- Planos de benefícios definidos	-20.244	23.039
Outros benefícios a longo prazo dos empregados		
Benefícios de cessação de emprego		
Seguros obrigatórios	160.220	146.109
Gastos de acção pessoal	32.334	47.375
Outros gastos com pessoal	498.456	486.534
	4.837.470	4.511.655

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.2. Para cada plano de benefício definido, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:

a) A política contabilística da entidade para reconhecer ganhos e perdas actuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados;

Para efeito de aplicação da IAS 19 – Benefícios aos empregados, o custo associado a planos de benefícios atribuídos aos empregados deve ser reconhecido quando o respectivo benefício é auferido, isto é, à medida que o empregado vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e os activos adquiridos para cobrir essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Alico.

Note-se que o custo, para efeito da IAS 19, não corresponde necessariamente ao valor que a Alico entrega anualmente ao fundo, é antes dado pelo somatório do custo dos serviços correntes, com o custo dos juros e com o resultado esperado dos activos.

Os ganhos/perdas actuariais são reconhecidos em balanço pelo método do “corredor”.

b) Uma descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas;

O Plano de pensões do fundo de pensões ALICO, é um plano de benefício definido independente da segurança social (CCT), o qual garante o pagamento de pensões de reforma por Velhice e Invalidez, cujas condições e fórmula de cálculo são as que estão estabelecidas nas cláusulas 56.^a e 57.^a da secção II do capítulo V do contrato colectivo de trabalho, em vigor no sector segurador, publicado no boletim do trabalho e emprego N.º 23 – 1.^a Série de 22/6/1995 (conforme descrição abaixo).

1 - Reforma por Velhice

$$P = 80\% \times 14/12 \times R - 2,2\% \times N \times S/60$$
$$30\% \leq 2,2\% \times N \leq 80\%$$

2 - Reforma por Invalidez

$$PRI = 2,2\% \times T \times 14/12 \times R - 2,2\% \times N \times S/60$$
$$30\% \leq 2,2\% \times N \leq 80\%$$

e,

$$50\% \leq 2,2\% \times T \leq 80\%$$

P - Pensão Complementar de Reforma por Velhice (mensal)

R - Último Salário efectivo mensal na data de Reforma

N - N.º de anos civis com entrada de Contribuições para a Segurança Social ou sistemas equiparados

S – Soma dos Salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidiram contribuições para a Segurança Social

T - Tempo de serviço em anos na Actividade Seguradora (qualquer fracção de um ano conta como um ano completo)

PRI – Pensão Complementar de Reforma por Invalidez (mensal)

Este Plano abrange os funcionários da ALICO cuja data de admissão seja anterior a 22.06.1995.

Em 31.12.2008 abrangia 49 Participantes e apresentava um tempo de serviço futuro médio de 18 anos.

c) O veículo de financiamento utilizado;

Fundo de Pensões ALICO.

d) O valor e a taxa de rentabilidade efectiva dos activos do plano;

	2008	2007
Valor dos activos do Plano	2.800.016	3.622.420
Taxa de rentabilidade efectiva dos activos do Plano	-20,05%	2,66%

e) A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego, separadamente entre o valor actual da responsabilidade por serviços passados e o valor actual dos benefícios já em pagamento;

	2008	2007
Valor actual da responsabilidade por serviços passados (activos)	555.836	941.631
Valor actual dos benefícios em pagamento (reformados)	1.909.305	1.960.411
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	2.465.141	2.902.042

f) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes:

	31.12.2008
Responsabilidades em 1 de Janeiro	2.902.042
Custo do serviço corrente	21.059
Custo dos juros	153.441
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-477.693
Benefícios pagos pela Companhia	-133.708
Custo corrigido dos serviços passados	0
Cortes e liquidações	
Responsabilidades em 31 de Dezembro	2.465.141

g) Análise da obrigação de benefícios definidos em quantias resultantes de planos que não têm qualquer financiamento e em quantias resultantes de planos que estão total ou parcialmente financiados.

As responsabilidades por benefícios definidos estão financiados por um fundo de pensões, cujo valor em 31 de Dezembro de 2008 é de 2.800.016 euros. As responsabilidades por pensões em pagamento, à mesma data, ascendem a 1.909.305 euros e estão integralmente financiadas. O remanescente valor do fundo de pensões – 890.771 euros – está afecto ao financiamento do valor actual de responsabilidades por serviços passados, no valor de 555.836 euros, o que representa um nível de financiamento de 160%.

h) Reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos activos do plano e dos saldos de abertura e de fecho de qualquer direito de reembolso reconhecido como activo, mostrando separadamente, se aplicável, os efeitos durante o período atribuíveis a cada um dos seguintes itens:

	31.12.2008
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	3.622.420
Retorno dos activos do plano	194.745
Ganhos e (perdas) actuariais	-935.540
Contribuições do empregador	52.100
Contribuições de participantes no plano	0
Benefícios pagos pela Companhia	(133.708)
Cortes e liquidações	0
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	2.800.016

i) Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos da alínea f) e do justo valor dos activos do plano da alínea h) com os activos e passivos reconhecidos no balanço, evidenciando pelo menos:

iv. Outras quantias reconhecidas no balanço.

	31.12.2008	31.12.2007
Responsabilidades em 31 de Dezembro	2.465.141	2.902.042
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	2.800.016	3.622.420
(Excesso) / Insuficiência do Fundo	(334.875)	720.378
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas pelo método do "corredor"	482.847	25.008
Excesso de financiamento das responsabilidades	334.875	720.378
(Activo) / Passivo reconhecido em Balanço	817.730	745.386

j) Indicação do gasto total reconhecido na Conta de Ganhos e Perdas do exercício corrente relativos a:

	31.12.2008
Custo de serviços correntes	21.059
Custo corrigido de serviços passados	0
Custo de juros	153.441
Retorno esperado dos activos do plano e de eventuais direitos de reembolso	(194.745)
Ganhos e perdas actuariais	0
Ganhos ou perdas decorrentes de cortes ou liquidações do plano	0
Efeito do limite estabelecido na IAS 19	0
Total de impactos no Ganhos e Perdas	(20.244)

k) As quantias reconhecidas no exercício corrente, na Conta de Ganhos e Perdas ou em rubrica específica de capital próprio, relativamente aos ganhos ou perdas actuariais e do limite estabelecido na IAS 19;

No exercício de 2008 verificou-se uma perda actuarial de 457.847 euros reconhecida no balanço pelo método do "corredor".

m) A percentagem e quantia de cada categoria principal dos investimentos do plano e outros activos, que constituem o justo valor do total dos activos do plano;

A carteira de activos do fundo pensões é composta da seguinte forma (por classe de activos):

	2008		2007	
	Valor	%	Valor	%
Títulos rendimento variável	962.403	34,37%	1.267.586	34,99%
Títulos rendimento fixo	1.789.215	63,90%	2.321.366	64,08%
Terrenos e edifícios	0	0,00%	0	0,00%
Outros	48.398	1,73%	33.468	0,92%
Total dos activos do Fundo	2.800.016	100%	3.622.419	100%

n) As quantias incluídas no justo valor dos activos do plano relativas a instrumentos financeiros da entidade e qualquer terreno e edifício ocupado, ou outros activos utilizados, pela empresa de seguros;

A Alico não utiliza activos do fundo de pensões. O fundo não detém títulos emitidos por entidades do grupo.

o) Descrição da base usada para determinar a taxa esperada global de retorno dos activos, incluindo o efeito das principais categorias de activos do plano;

Tendo por base a política de investimentos decorrente do fundo de pensões foi determinada a taxa esperada global de retorno dos activos tendo por base os ganhos expectáveis dos activos contratados.

No futuro, são esperados ganhos em acções e investimentos imobiliários reflectindo taxas de retorno de longo prazo bastante atractivas nos mercados respectivos.

p) Indicação do retorno real dos activos do plano, bem como o retorno real sobre qualquer direito de reembolso reconhecido como um activo;

O retorno real dos activos do plano foi de -20% (-740.795€).

q) Descrição dos principais pressupostos actuariais (em termos absolutos) usados, incluindo, quando aplicável:

Pressupostos actuariais	
Tábua de mortalidade	PER M/F 200 P
Tábua de invalidez	EVK 80
Taxa de rendimento do fundo	5,75%
Taxa de crescimento salarial	2,80%
Taxa técnica actuarial	5,75%
Taxa de crescimento das pensões	0%

r) Descrição dos elementos respeitantes aos planos de amortização regulamentarmente previstos e informação dos elementos necessários para o seu entendimento;

Em conformidade com o definido no artigo 5.^o da Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, do ISP, “as empresas de seguros podem reconhecer em resultados transitados, com base num plano de amortização de prestações uniformes anuais pelo prazo máximo de cinco anos, o impacto da aplicação do novo regime contabilístico aplicável aos compromissos relativos a planos de pensões com os seus trabalhadores.”

t) Indicação das quantias do período anual corrente e dos quatro períodos anuais anteriores quando aplicável de:

i. Valor presente da obrigação de benefícios definidos, o justo valor dos activos do plano e o excedente ou défice do plano; e

ii. Os ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano expressos quer como uma quantia, quer como uma percentagem dos passivos do plano à data do balanço, e os activos do plano expressos quer como uma quantia, quer como uma percentagem dos activos do plano à data do balanço.

	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	2.465.141	2.902.042	2.974.674
Justo valor dos activos do plano	2.800.016	3.622.420	3.635.207
Défi ce / (excedente) do plano	-334.875	-720.378	-660.532
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano		-160.841	45.089
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano		128.956	11.803

u) A quantia do passivo (ou activo) de transição reconhecida no exercício corrente, e a quantia que fica por reconhecer no caso do reconhecimento do passivo (ou activo) de transição não ser efectuado imediatamente.

Ver explicação na alínea r).

v) Descrição da melhor estimativa da empresa de seguros, assim que possa ser razoavelmente determinada, das contribuições que se espera que sejam efectuadas durante o período anual que começa após a data de balanço.

A contribuição prevista para 2009 é de 25.934 euros.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos devem ser divulgados separadamente, devendo incluir nomeadamente:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Em 31 de Dezembro de 2008 estima-se um gasto por impostos correntes no montante de 1.732.885 euros.

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor do rendimento por impostos diferidos ascende a 281.538 euros.

24.2. Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio.

Durante o exercício de 2008, foi reconhecido o montante de impostos correntes de 711.576 euros relacionados com alguns itens registados no capital próprio, nomeadamente com as reservas relativas ao ajustamento no justo valor dos activos a representar as provisões técnicas do seguro de vida com participação nos resultados. Estão também reconhecidos activos e passivos por impostos diferidos, pelos montantes de 417.759 euros e 175.521 euros, respectivamente, relativos a ajustamentos no justo valor de activos disponíveis para venda.

24.3. Explicação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico.

A taxa efectiva de imposto apurado foi de 24,72% , sendo a taxa nominal de 26,5% .

A diferença entre taxas decorre de um conjunto de deduções para o lucro tributável, nomeadamente os dividendos recebidos da IBCO no montante de 600 mil euros.

Explicação do relacionamento entre impostos e lucro contabilístico.	2008
Resultado antes de impostos	5.870.238
Diferenças permanentes	
Dupla tributação económica dos lucros recebidos	(600.000)
Reintegrações e amortizações não dedutíveis	66.976
Acerto de impostos diferidos para provisões não aceites	139.568
Matéria colectável	5.476.782
Taxa nominal	26,5%
Imposto	1.451.347

24.4. Explicação de alterações na(s) taxa(s) de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior.

Não aplicável em 2008.

24.7. Indicação para cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados da:

a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;

Impostos diferidos reconhecidos no balanço	2008
Activos	
Investimentos	440.591
Amortização de imóveis	132.722
Perdas de imparidade em investimentos	127.409
Reforço da provisão para participação nos resultados	16.406
Provisões alem dos limites fiscais	161.868
Ajuste de terrenos e edificios	326.403
Total	1.205.399
Passivos	
Investimentos	236.656
Investimentos - Alisamento à taxa efectiva	206.628
Activo por beneficios pós-emprego	216.698
Total	659.983

b) Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na conta de ganhos e perdas.

Impostos diferidos reconhecidos no ganhos e perdas	2008
Investimentos	12.521
Amortização de imóveis	(33.180)
Investimentos - Alisamento à taxa efectiva	51.657
Reforço da provisão para participação nos resultados	(4.101)
Provisões alem dos limites fiscais	127.250
Activo por beneficios pós-emprego	(19.171)
Ajuste de terrenos e edificios	19.154
Perdas de imparidade em investimentos	127.409
Total	281.538

24.9. Indicação da quantia de um activo por impostos diferidos e a natureza dos elementos que suportam o seu reconhecimento, quando a utilização do activo por impostos diferidos seja dependente de lucros tributáveis futuros em excesso dos lucros provenientes da reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes, e, a empresa tenha sofrido um prejuízo quer no período corrente, quer no período precedente na jurisdição fiscal com que se relaciona o activo por impostos diferidos.

Não aplicável. A Alico não tem prejuízos fiscais acumulados nem teve prejuízos no exercício em questão.

25. Capital

25.1. Indicação dos objectivos, políticas da gestão do capital da empresa de seguros, descrevendo os respectivos processos implementados.

A Alico utiliza várias políticas de gestão de riscos e controlo interno conforme consta no Relatório anual – Estrutura organizacional e sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

26. Reservas

26.1. Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do capital próprio.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

26.2. Descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio de acordo com o modelo de Demonstração de variações no capital próprio.

Ver demonstração de variações no capital próprio.

29. Transacções entre partes relacionadas

29.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Alico

A Alico é uma sucursal da American Life Insurance Company, com sede em Wilmington.

29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais.

Existem transacções entre a casa-mãe e a Alico no âmbito da imputação de custos relacionados com a cedência de pessoal especializado.

29.3. Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo, de forma directa ou indirecta, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), no total e para cada uma das categorias de benefícios de empregados de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e pagamento com base em acções.

Os valores que se apresentam são relativos aos custos com a comissão executiva:

	2008	2007
Benefícios aos empregados de curto prazo	962.681	827.418
Benefícios pós-emprego	0	0
Outros benefícios de longo prazo	26.502	47.673
Benefícios de cessação de emprego	15.000	353.000
Pagamentos baseados em acções	0	0

29.4. Indicação, no caso de ter havido transacções entre partes relacionadas, da natureza do relacionamento existente, assim como, relativamente às transacções e saldos pendentes, a informação necessária para a compreensão do respectivo efeito potencial nas demonstrações financeiras, incluindo no mínimo:

A Alico tem actividades relacionadas conforme consta do relatório de Operações Intra-Grupo, em anexo.

transacções e, a) Quantia das

saldos pendentes; i. Quantia dos

ii. Termos e condições, incluindo se estão ou não seguros, e a natureza da retribuição a ser proporcionada aquando da liquidação;

30. Demonstração de fluxos de caixa

CASH FLOW OPERACIONAL	000 €
Prémios Vida	63.160
Prémios Não Vida	8.477
Comissões	-21.703
Benefícios Pagos	-33.443
Resgates	-62.488
Empréstimos s/ Apólices (Líquido)	211
Despesas gerais	-8.995
Impostos Pagos	-391
Capital Expenditures	-239
Co-seguro	-48
Resseguro	-6.779
Total (A)	-62.236
CASH FLOW DE INVESTIMENTOS	
Rendimentos Recebidos	15.194
Dividendos	600
Outros Rendimentos	92
Aquisições e Venda de Títulos	46.472
Total (B)	62.358
Saldo Inicial	2.772
Cash Flow Líquido (A + B)	122
Saldo Final	2.894

32. Passivos contingentes

Descrição da natureza dos passivos contingentes e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro, uma indicação das incertezas que se relacionam com a quantia ou momento de ocorrência de qualquer exfluxo, e, possibilidade de qualquer reembolso.

A Alico apresenta um saldo para processos em contencioso no montante de 770.426 euros.

34. Elementos extrapatrimoniais

34.3. Valor dos activos dos fundos de pensões geridos pela empresa de seguros explicitando os relativos aos fundos em que se garante um rendimento mínimo.

Fundos de Pensões geridos pela Companhia	Valor dos activos do Fundo	Rendimento mínimo
7	12.272.154,96	N

35. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico e respectivos impactos

A data de transição considerada pela Alico foi 01 de Dezembro de 2007. Os principais impactos à data de transição encontram-se resumidos no quadro abaixo:

	IAS	Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reav. por ajust. no JV	Reservas de reav. por revalorização de terrenos e edif. de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado do Exercício
Contas em 31 de Dezembro de 2007 (antes ajustamentos)		38.996.204	33.281.849	1.856.085	0	0	0	0	3.858.270
Ajustamentos (líquidos de imposto diferido)									
1) Amortização dos Imóveis de Serviço Próprio	16	-583.119						-495.107	-88.012
2) Fundo de Pensões: reconhecimento dos ganhos/perdas actuariais	19	547.859						527.307	20.552
3) Anulação da Reserva dos Imóveis (serviço próprio)	16	-713.302		-713.302					
4) Imposto diferido sobre os títulos que impactam a reserva de reavaliação por alteração no JV	12	761.893				761.893			
5) Imposto diferido associado aos imóveis	19	397.679						378.525	19.154
6) Ajustamentos efectuados aos instrumentos financeiros	39	-2.970.853		-4.015.827				1.039.090	5.884
Contas em 01 de Janeiro de 2008 (após ajustamentos)		36.436.361	33.281.849	-2.873.044	0	761.893	0	1.449.814	3.815.849

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

No ano de 2009 foi tomada a decisão de alienar a participação na IBCO, o que aconteceu em Março de 2009.

Anexos

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Ano: 2008
 Companhia: AMERICAN LIFE INSURANCE COMPANY
 Nº de identificação: 980 006 767
 Ident. do resp. pela informação: Mª Teresa Côrte-Real

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
							unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
921726116201	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas Participação no capital social - IBCO	240.000,00			1,00	240.000,00	1,00	240.000,00
	sub-total					240.000		240.000
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	sub-total					240.000		240.000
	1.2 - Estrangeiras							
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo							
	...							
	sub-total							
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas							
	...							
	sub-total					0		0
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas							
	...							
	sub-total							
	sub-total					0		0
	2 - OUTROS TÍTULOS							
	2.1 - Nacionais							
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.1.1.1 - De dívida pública							
PTOTEYOE0007	OT Abril 05/2021 3.85%	41.061.697,00	96,53			39.637.670,78	0,9827	40.351.329,64
PTOTESOE0007	OT Abril 06/2037 4.10%	21.025.000,00	88,98			18.707.642,53	0,9854	20.718.035,00
PTOTECOEO011	OT JUL 99/09 3,95%	14.143.798,52	94,20			13.324.018,41	1,0061	14.230.075,69
PTOTEIOEO019	OT JUN 4.375% 03/14	66.182.396,00	103,64			68.592.013,68	1,0373	68.654.308,48
PTOTEKOE0003	OT JUN 5% 02/12	17.505.070,00	107,05			18.739.296,01	1,0489	18.360.192,67
PTOTEJOEO006	OT JUN 5.15% 01/11	11.439.778,00	101,76			11.640.703,47	1,0547	12.065.533,85
PTOTEHOEO008	OT MAIO 5.85% 00/10	8.251.436,00	105,74			8.724.973,80	1,0434	8.609.548,32
PTOTE6EO0006	OT OUT 06/2016	15.627.733,00	100,88			15.765.624,39	1,0237	15.997.328,89
PTOTEIOEO010	OT Outubro 07 / 17 4.35%	27.272.240,00	98,28			26.804.508,60	1,0323	28.153.133,37
PTOTE3EO0017	OT Outubro 3.35% 05 / 15	750.000,00	96,99			727.402,50	0,9806	735.450,00
PTOTEGOE0009	OT SET 5.45% 98/13	74.704.711,30	107,35			80.192.378,00	1,0814	80.785.674,79
PTOTENOE0018	O.T. Junho 08/2018 - 4.45%	5.500.000,00	99,48			5.471.479,99	1,0363	5.699.650,01
ES0000012866	BONOS JULHO 03/13 4.20%	373.000,00	107,82			402.168,61	1,0408	388.199,75
ES0000012239	BONOS Janeiro 99/10 4.0%	300.000,00	104,07			312.210,00	1,0201	306.015,00
ES0000012916	BONOS Janeiro 31/01/2015 4.40%	6.057.000,00	107,96			6.539.269,33	1,0511	6.366.209,85
ES0000012783	BONOS Julho 02-17 5.5%	3.009.000,00	113,64			3.419.371,66	1,1333	3.410.099,70
ES0000012064	BONOS Julho 99-09 5.15%	3.230.000,00	108,92			3.518.116,00	1,0191	3.291.531,50
ES0000012452	BONOS Outubro 01/2011 5.35%	945.000,00	114,92			1.085.982,00	1,0670	1.008.315,00
	sub-total					323.604.830		329.130.632
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
	sub-total					0		0
	2.1.1.3 - De outros emissores							
XS0107890369	Rabobank CMS 30	900.000,00	108,91			980.190,00	1,01	910.800,00
XS0116881284	DMPL I A2	1.500.000,00	99,90			1.498.440,00	0,75	1.123.770,01
XS0158792381	Allianz Finance ALZ 5,625%-12	3.500.000,00	110,58			3.870.300,00	1,04	3.651.130,00
XS0257807957	Vodafone Group Jun/2016 - 4.75%	3.500.000,00	99,38			3.478.400,01	0,94	3.281.250,00
	sub-total					9.827.330		8.966.950
	sub-total					333.432.160		338.097.582
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Acções							
	...							
	sub-total							
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	...							
	sub-total							
	2.1.2.4 - Outros							
	...							
	sub-total							
	sub-total					0		0
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
	...							
	sub-total							
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
	...							
	sub-total							
	2.2.1.3 - De outros emissores							
	...							
	sub-total							
	sub-total					0		0
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Acções							
	...							
	sub-total							
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total							
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	...							
	sub-total							
	2.2.2.4 - Outros							
LU0136133039	IBCO SICAV Equities	11.467,00				1.227.700,74	59,83	686.032,76
	sub-total					1.227.701		686.033
	3 - TOTAL GERAL					334.899.860,51		339.023.614,28

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2008 (1)
 Companhia: ALICO Em contos
 N.º de identificação: 980006767 Em euros X
 Ident. do resp. pela informação: M.ª Natividade Sousa

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	14.315.111	8.866.526	4.345.163	-1.103.423
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	1.802.110	954.122	1.118.792	270.804
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL				0
-OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
TOTAL	1.802.110	954.122	1.118.792	270.804
TOTAL GERAL	16.117.222	9.820.649	5.463.955	-832.618

NOTAS:

(1) Assinalar com "X" o que interessa.

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

DISCRIMINAÇÃO DE CUSTO COM SINISTROS

Ano: 2008 (1)
 Companhia: ALICO
 Nº de identificação: 980006767 Em contos
 Ident. do responsável pela informação: M^o Natividade Sousa Em euros X

Anexo 3

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	1.733.884	316.437	2.088.726	4.139.047
INCÊNDIO E OUTROS DANOS				0
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL				0
- OUTRAS COBERTURAS				0
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES				0
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL				0
CRÉDITO E CAUÇÃO				0
PROTECÇÃO JURÍDICA				0
ASSISTÊNCIA				0
DIVERSOS				0
TOTAL	1.733.884	316.437	2.088.726	4.139.047
RESSEGURO ACEITE				0
TOTAL GERAL	1.733.884	316.437	2.088.726	4.139.047

NOTA: (1) Assinalar com "X" o que interessa.

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2008
 Empresa de Seguros: ALICO
 Nº de identificação: 980006767
 Identificação do responsável pela informação: M^ªNatividade Sousa

Valores em euros

Anexo 4

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	8.477.390	8.581.317	4.139.047	4.376.881	428.060
INCÊNDIO E OUTROS DANOS					
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL					
- OUTRAS COBERTURAS					
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES					
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL					
CRÉDITO E CAUÇÃO					
PROTECÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS					
TOTAL	8.477.390	8.581.317	4.139.047	4.376.881	428.060
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL GERAL	8.477.390	8.581.317	4.139.047	4.376.881	428.060

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS**

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as Demonstrações Financeiras da American Life Insurance Company – Sucursal em Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de €367.820.328 e um total de capital próprio de €44.297.974, incluindo um resultado líquido de €4.418.890), a Conta de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Variações do Capital Próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade da Direcção a preparação de Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sucursal, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas Demonstrações Financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as Demonstrações Financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Demonstrações Financeiras.

5 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



American Life Insurance Company – Sucursal em Portugal

Opinião

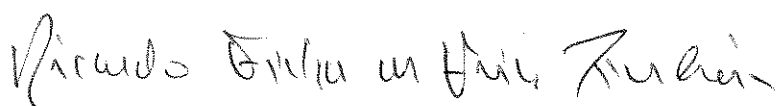
6 Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da American Life Insurance Company – Sucursal em Portugal em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador.

Ênfase

7 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior e conforme divulgado nas notas 3.1, 3.4 e 3.5 do anexo contendo as notas explicativas, chamamos a atenção para o facto de a Sucursal ter implementado, a partir de 1 de Janeiro de 2008, com efeitos retrospectivos, o novo plano de contas para as empresas de seguros, de base IFRS, pelo que os valores comparativos registados no Balanço, na Conta de Ganhos e Perdas e na Demonstração de Variações do Capital Próprio foram reexpressos em conformidade.

Lisboa, 29 de Maio de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Ricardo Filipe de Frias Pinheiro, R.O.C.